

No mesmo barco?

Uma análise das perspectivas teológico-pastorais do movimento ecumênico internacional para o diálogo inter-religioso

In the same boat?

An analysis of the theological-pastoral perspectives of the international ecumenical movement for inter-religious dialogue

Claudio de Oliveira Ribeiro¹

Magali Cunha²

RESUMO

O texto apresenta resultados de pesquisa sobre perspectivas teológico-pastorais do movimento ecumênico internacional para o diálogo inter-religioso. Metodologicamente, a análise foi realizada a partir dos seguintes passos: (i) a identificação de um marco histórico, com a destacada Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, Escócia (1910), que, embora tratasse do fortalecimento das missões cristãs protestantes, abriu horizontes para a consideração acerca da relação do cristianismo com as religiões não cristãs; (ii) uma síntese do engajamento ecumênico na promoção da paz e de relações justas entre as religiões durante as décadas do século 20, com destaque para eventos, pronunciamentos e posicionamentos teológicos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) no tocante ao diálogo inter-religioso; (iii) descrição sumária de atividades, iniciativas e projetos ecumênicos que direta ou indiretamente favorecem o diálogo e a cooperação entre as religiões; e (iv) resumo de documentos recentes e materiais orientadores do CMI a respeito das temáticas e experiências interfés.

Palavras-chave: diálogo inter-religioso; Conselho Mundial de Igrejas; movimento ecumênico internacional; missão protestante.

ABSTRACT

The text presents research results on theological-pastoral perspectives of the international ecumenical movement for inter-religious dialogue. Methodologically, the analysis was carried out based on the following steps: (i) the identification of a historical milestone with the outstanding World Missionary Conference in Edinburgh, Scotland (1910), which, although dealing with the strengthening of Protestant Christian missions, opened horizons for the consideration of Christianity's relationship to non-Christian religions; (ii) a synthesis

¹ Doutor em Teologia pela PUC-Rio (2000). E-mail: cdeoliveiraribeiro@gmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação pela USP (2004). Pesquisadora do ISER. E-mail: magali.ncunha@gmail.com

of ecumenical engagement in the promotion of peace and fair relations between religions during the decades of the 20th century, with emphasis on events, pronouncements and theological positions of the World Council of Churches (WCC) regarding inter-religious dialogue; (iii) summary description of ecumenical activities, initiatives and projects that, directly or indirectly, favor dialogue and cooperation between religions; (iv) summary of recent WCC documents and guidance materials on interfaith themes and experiences.

Keywords: inter-religious dialogue; World Council of Churches; international ecumenical movement; Protestant mission.

Introdução

A cooperação e o diálogo inter-religioso são elementos importantes do movimento ecumênico internacional, sobretudo as iniciativas que têm relação direta ou indireta com a trajetória, as ações e os programas do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). A conhecida tríplice dimensão do ecumenismo, consagrada pelo CMI e por diversos círculos teológicos e pastorais, assim se estrutura: *unidade cristã*, a partir do reconhecimento do escândalo histórico das divisões e de uma preocupação em construir perspectivas missionárias ecumênicas; *promoção da vida*, firmada nos ideais utópicos de uma sociedade justa e solidária e na compreensão que eles podem reger a organização da sociedade integrando todos os grupos e pessoas de ‘boa vontade’; e *diálogo inter-religioso*, na busca incessante da superação dos conflitos, da paz e da justiça e comunhão universal entre os povos e culturas (Santa Ana, 1987).

Dessa forma, a pluralidade religiosa e cultural nas diferentes partes do globo passa a ter significado especial. Tema sempre presente, especialmente nas conferências de missão que marcaram a articulação internacional das igrejas protestantes, o pluralismo religioso tornou-se uma das linhas de reflexão e ação do CMI, com expressões concretas de diálogo com grupos religiosos não cristãos. Isso se deu por meio de comitês, encontros e cooperações práticas, sobretudo a partir da década de 1970, resultado especialmente – mas não somente – da atenção ao caráter minoritário das igrejas cristãs da Ásia.

Além dos aspectos históricos, e as respectivas ênfases teológicas e pastorais, que permearam a segunda metade do século 20, há também na conjuntura do movimento ecumênico o destaque para o reconhecimento e a valorização do pluralismo religioso. A pluralidade religiosa nunca se fez tão real na comunidade mundial como nas últimas décadas por conta do fenômeno da globalização, com a intensificação das migrações e a formação de territórios interculturais. A paz e a justiça no mundo tornaram-se cada vez mais atreladas à necessidade de diálogo e cooperação entre os grupos religiosos.

Outro aspecto preliminar importante é que o século 21, no tocante às questões da relação entre as religiões, começou de forma paradigmática. As repercussões dos conflitos políticos e econômicos entre Oriente e Ocidente, simbolizados na destruição das “Torres Gêmeas” em 11 de setembro de 2001 nos EUA, episódio de grandes proporções para a conjuntura internacional, deram mais evidência à relação religião e política e despertaram ainda mais a consciência quanto à importância de reflexões e

ações ecumênicas. Com o referido conflito, contraditoriamente a dimensão ecumênica foi reforçada, uma vez que vários grupos e lideranças do Islã do mundo inteiro, incluindo o Brasil, tiveram, por exemplo, espaços, tanto na mídia como em setores acadêmicos e eclesiais, para partilhar a fé e ressaltar que o Islã é uma religião de paz, não obstante toda e qualquer ambiguidade que marca as diferentes religiões (Ribeiro, 2020). Tais repercussões deram mais densidade e visibilidade ao debate teológico inter-religioso.

No que se refere ao encontro de expressões religiosas e espiritualidades distintas, análises mostram desafios diversos, o que torna difícil a tarefa de enumerá-los. No entanto, entre eles, é possível citar: a defesa da paz e da justiça em termos mundiais (Moltmann, 2004); as possibilidades de superação dos racismos, machismos e xenofobias a partir de ações conjuntas (Pui-Lan, 2015); a justa reconciliação inter-religiosa em contextos conflitivos locais (Amos, 2014); o reconhecimento e a convivência com as múltiplas participações religiosas (Rajkumar; Dayam, 2016); e o desenvolvimento de práticas missionárias cristãs forjadas na cooperação e no diálogo inter-religioso (Lienemann-Perrin, 2005).

Nesse sentido, é preciso que haja condições para que as diferentes confissões de fé se conheçam e que essa aproximação gere respeito e aceitação da diversidade, bem como ações colaborativas de promoção humana, justiça social e democracia. Essa pluralidade implica cada vez mais o simultâneo incentivo a um diálogo interconfessional cristão e ao diálogo e a cooperação inter-religiosos.³

Para a presente análise, serão dados os seguintes passos: (i) identificação de um marco histórico, com a destacada Conferência Missionária de Edimburgo (1910), que, embora tratasse do fortalecimento das missões cristãs protestantes, abriu horizontes para a consideração sobre a relação do cristianismo com as religiões não cristãs; (ii) síntese do engajamento ecumênico na promoção da paz e de relações justas entre as religiões durante as décadas do século 20, com destaque para eventos, pronunciamentos e posicionamentos teológicos no tocante ao diálogo inter-religioso; (iii) descrição sumária de atividades, iniciativas e projetos ecumênicos que direta ou indiretamente favorecem o diálogo e a cooperação entre as religiões; e (iv) resumo de documentos recentes e materiais orientadores do CMI sobre as temáticas e experiências interfés.

³ A cooperação e os diálogos inter-religiosos (ou interfés, como alguns grupos preferem chamar) têm sido compreendidos, caracterizados e qualificados por elementos-chave da vivência religiosa e humana, como alteridade, respeito à diferença, hospitalidade, visões dialógicas e plurais, colaboração prática e ética em torno da busca da paz com justiça, do bem comum, da democracia e da sustentabilidade da vida. A partir da noção do *princípio pluralista* (Ribeiro, 2020), as práticas inter-religiosas realçam: (i) a alteridade conjuntiva que engloba as relações interpessoais, coletivas, subjetivas, corpóreas e cósmicas; (ii) o respeito e a afirmação da diferença; e (iii) o diálogo e cooperação prática em torno da busca da justiça em relação a grupos empobrecidos e subjugados pelas mais diferentes formas de dominação. Com base na cooperação e no diálogo, as diferentes perspectivas e expressões religiosas podem reconstruir permanentemente suas contribuições para o mundo dentro dos critérios da justiça, da paz e da integridade da criação.

1. Entre o pragmático e a ampliação de horizontes: a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo (1910)

A trajetória da práxis ecumênica provocou e tem estimulado processos de unidade e cooperação pela justiça, pela paz e pela integridade da criação em todo o mundo. É preciso registrar que essa corrente da promoção da paz e da responsabilidade social por meio da unidade foi facilitada pelas iniciativas que levaram à realização da Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, Escócia (1910), estimuladas pela reflexão em torno da missão cristã e seus desafios da época, e também, e com maior destaque, dos esforços em favor da unidade visível do corpo de Cristo.

A conferência contribuiu também na ultrapassagem dos interesses institucionais limitados e imediatos e tornou-se marco no processo de afirmação da missão como desejo redentor de Deus e natureza do ser Igreja. O tema geral foi “A evangelização do mundo nesta geração”, e a partir dele foram debatidos os seguintes subtemas: “Levando o trabalho a todo o mundo não cristão”; “A Igreja no campo missionário”; “Educação relacionada com a cristianização da vida nacional”; “A preparação de missionários”; “A rede das missões”; “Missões e governos”; “Cooperação e promoção da unidade”; e “A mensagem missionária em relação com as religiões não cristãs” (Ariarajah, 2011).

Considerando-se essa temática, pode-se perceber como Edimburgo foi, de fato, uma reunião com intenções pragmáticas: unidade em busca de resultados. Ela denotou um espírito otimista dos trabalhos missionários com a propagação do Evangelho pelo mundo, uma vez que a missão ocidental é avaliada com sucesso e como um poder incontestado da Igreja. No entanto, as consequências desse evento conduziram a outros rumos, tanto para a compreensão de missão quanto para os esforços pela unidade visível entre grupos cristãos e a relação deles com as religiões não cristãs.

As discussões do subtema “A mensagem missionária em relação às religiões não cristãs” levaram a afirmações inéditas como “o encontro cristão com as tradições na Ásia, por exemplo, como sendo da mesma ordem que o encontro da igreja neotestamentária com a cultura greco-romana, exigindo mudanças fundamentais na autocompreensão e na teologia cristãs” (Ariarajah, 2005, p. 403). Tal debate despertou o interesse de teólogos e acadêmicos em trabalharem com temas como religião comparada e a relação do Cristianismo com outras tradições religiosas.

Nesse contexto de atenção à superação dos conflitos inter-religiosos e na sequência desses acontecimentos da história de articulações ecumênicas, primordialmente protestantes, está o Congresso Missionário do Panamá, que ocorreu em 1916. Também conhecido como Conferência do Panamá e considerado a gênese dos esforços ecumênicos na América Latina, foi realizado em consequência da Conferência de Edimburgo (1910), já que a América Latina não foi tida como campo prioritário de missão por ter sido entendida como continente já cristianizado. O fato de haver sociedades missionárias atuando na região, predominantemente advindas dos Estados Unidos, levou a um movimento dessas sociedades e seus missionários pela articulação específica regional, na esteira do que foi realizado em Edimburgo.

Uma das ênfases da conferência foi a indicação da dimensão social no trabalho missionário na América Latina, deixando nítida a influência da corrente teológica do Evangelho Social na teologia e na prática dos missionários no continente. Como resultado, a conferência incentivou a elaboração de uma teologia para o continente, décadas mais tarde concretizada na Teologia Protestante da Libertação. A Conferência do Panamá apontou um caminho de compreensão de missão afinado com a reflexão em termos mundiais, mas com a marca latino-americana, considerando, já nesses primórdios, a relação evangelho e culturas.

Toda essa trajetória foi e tem sido desenvolvida com entusiasmo por muitos grupos, mas com dificuldades e controvérsias por outros. A elaboração apologética do Cristianismo que despreza o valor de outras religiões tem uma longa tradição, com farta transmissão oral e literatura, tanto no catolicismo romano como no protestantismo. Ela se baseia em uma seleção de textos bíblicos que identificam as religiões não cristãs e não judaicas com a idolatria. O movimento ecumênico se opôs a isso e deu passos efetivos em direção a novas perspectivas práticas e teológicas (Dias, 1998).

2. O engajamento ecumênico na promoção da paz entre as religiões⁴

Um dado significativo para nossa análise é que o interesse pelas religiões no movimento ecumênico surgiu principalmente com a reflexão sobre a missão da Igreja, motivado especificamente por preocupações pastorais e experiências concretas de encontro da fé cristã com outras culturas. Portanto, ao contrário do que muito se acredita e se propaga – de que a atenção às outras religiões é resultante do campo acadêmico, “desconectado da realidade” –, no movimento ecumênico, especialmente entre grupos protestantes, tal reflexão nasceu da prática missionária.⁵

Foi a chamada Teologia Liberal ou o movimento do liberalismo teológico iniciado no século 19 que despertou um primeiro interesse protestante pelo conhecimento mais objetivo e profundo das religiões, embora haja experiências singulares nos séculos anteriores. A reflexão teológica nesse contexto representava uma tentativa de consonância da religião cristã com a consciência cultural do tempo presente, de revolução técnica na produção e no trabalho e de transformações no pensamento e nas ciências. Todo esse processo estimulou: (i) o acolhimento entre grupos cristãos do

⁴ Esta síntese foi baseada na obra *O rosto ecumênico de Deus* (2013), de Magali Cunha e Claudio Ribeiro, e se encontra aqui ampliada e atualizada. As bases bibliográficas são de: LOSSKY, Nicholas *et al.* (eds.). *Dicionário do Movimento Ecumênico* (2005); ARIARAJAH, Wesley. *Repensando a missão para os nossos dias* (2011); e documentos oriundos da página eletrônica do Conselho Mundial de Igrejas.

⁵ Na atualidade, as questões que articulam missão e diálogo inter-religioso continuam candentes. Um aporte relevante é o da teóloga Christine Lienemann-Perrin. Para ela, essa relação requer uma articulação “recíproca de tensão e intercâmbio” e uma interação mútua necessária diante de um contexto religioso plural. Assim, a reflexão sobre uma teologia da missão no contexto de pluralismo religioso envolve as relações externas do Cristianismo: “de como ele *percebe* outras religiões, se *encontra* com as pessoas de outras religiões e se *modifica* pelo contato com elas” (Lienemann-Perrin, 2005, p. 10, grifos do original) que implica sua própria concepção interna. A autora trata dos aspectos de como reinterpretar a missão no espaço de cooperação e diálogo intracristão e inter-religioso e de como as comunidades cristãs precisam lidar no ambiente de diversidade e de novas experiências de fé.

espírito da época que incluía mais fortemente a dimensão do diálogo, o humanismo e uma abertura para a ciência; (ii) a interpretação do Cristianismo, não como elemento absoluto, mas como expressão cultural e religiosa do ser humano; (iii) o reforço do tema da tolerância, dentro das ênfases iluministas; e (iv) o surgimento da corrente teológico-pastoral do ‘Evangelho Social’, que advogava e enfatizava as dimensões práticas da fé (Gross, 2008).

Esses elementos contribuíram para uma reflexão sobre o valor e o papel das religiões não cristãs e motivaram que o tema passasse a estar presente na agenda das igrejas cristãs e, mais particularmente, na agenda missionária, desde 1910, passando por todas as conferências organizadas pelo antigo Conselho Missionário Internacional e, depois, pelo Conselho Mundial de Igreja, sobretudo os setores identificados com os movimentos “Vida e Ação” e “Fé e Ordem”. Desde a perspectiva pragmática de Edimburgo (1910) até as noções atuais de se colocar “face a face” para escuta e partilha, aprendizado mútuo, reconciliação e redimensionamento da própria fé⁶ e a de atuar lado a lado em projetos e iniciativas inter-religiosas em favor da justiça e da paz na sociedade, podemos destacar diversas contribuições das Conferências Missionárias Internacionais e de assembleias do CMI e outros eventos e iniciativas que marcam a orientação para um engajamento ecumênico na promoção da paz entre as religiões. Vejamos algumas:

(i) A abertura para a pergunta, feita na segunda Conferência Missionária, em Jerusalém (1928), pela identidade cristã em contextos étnicos, nacionais e culturais diferentes do Norte-Atlântico, que reinaugurou o debate acerca das expressões culturais do Evangelho. Desde então, essa perspectiva passou a ter lugar na agenda missionária e ecumênica nas décadas posteriores, com o reconhecimento do valor de outras religiões (apesar da prevalência, na época, do pensamento de que o Cristianismo é superior a elas). As reações à abertura que se deu nessa conferência tornaram controverso o tema das atitudes cristãs em relação a outras religiões, com alertas em relação ao sincretismo, considerado então por alguns grupos como um risco à fé cristã, mas também tematizando a questão do pluralismo religioso.

(ii) O reconhecimento, na Conferência Missionária de Tambaram, Índia (1938), de que, embora não se tivesse chegado a um acordo quanto ao caráter revelatório de tradições não cristãs, se identificou que a questão inter-religiosa “exigia urgentemente ‘pensamento e estudo unidos’ dentro do movimento ecumênico” (Ariarajah, 2005, p. 404). Tal reconhecimento resulta do mal-estar provocado em vários participantes pelas afirmações exclusivistas do estudo apresentado pelo missiologista holandês Hendrik Kraemer, base das reflexões dessa conferência, denominado “A mensagem cristã num mundo não cristão”. Nesse contexto se deu a posição crítica do missionário metodista

⁶ A pressuposição dessa concepção é que o diálogo aumenta a capacidade humana de autorrealização e de realização do outro. Ele é um reconhecimento de que o outro permite e possibilita uma transição para uma nova posição. Tal situação estimula e possibilita as práticas do fazer-se humano e ao mesmo tempo cria condições para que os processos teóricos de compreensão da vida sejam mais completos e consistentes. “Quando o diálogo é estabelecido, não só se experimenta uma preocupação teórica (quem dialoga conosco), mas também é manifestado um compromisso prático, que, ademais, exige uma compreensão mútua” (Santa Ana, 2010, p. 112).

na Índia, Eli Stanley Jones, diante da afirmação teológica, naquela reunião, da relação de interdependência entre missão e Igreja. Jones acusou Tambaram de perder o rumo teológico quando colocava a Igreja, e não o Reino de Deus, como ponto de partida. Essa conferência se tornou referência de um pré e um pós-tratamento da questão inter-religiosa (Ariarajah, 2011).

(iii) As ênfases da Conferência Missionária de Whitby, Canadá (1947) de que missão é serviço da Igreja no mundo e para o mundo, com o questionamento da tentativa, sempre presente, de transformar o Cristianismo numa “super-religião” sobre todas as outras. Elas contribuíram para os futuros debates a respeito das questões inter-religiosas. No entanto, nessa mesma época, as ênfases de caráter mais intracristão, como “A desordem do homem e o desígnio de Deus” (tema da 1ª Assembleia do CMI, em Amsterdã, Holanda, 1948), e o tema cristológico “Jesus Cristo, a esperança do mundo” (2ª Assembleia, em Evanston, EUA, 1954), não facilitaram a tematização positiva das questões entre Cristianismo e as demais religiões.

(iv) A implantação, pelo Conselho Missionário Internacional, de um processo de estudo conjunto denominado “A palavra de Deus e as fés vivas dos homens”, cuja preparação foi iniciada numa primeira consulta em Davos (Suíça), em 1955. Isso se deu no período pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pelos nacionalismos e pela criação de estados independentes na Ásia e na África, ao lado de um reavivamento de tradições religiosas desses locais. O processo de análise e estudo, que ocorreu até 1971, totalizando 16 anos de trabalho, teve a primeira grande consulta em Bossey (Suíça), em 1958, e poucos avanços foram notados, pois a discussão ficou muito presa à distinção categórica entre a fé cristã e as religiões não cristãs.

(v) A preocupação em torno da relação das ações missionárias com as religiões não cristãs presentes nesses contextos, reforçada pela integração do Conselho Missionário Internacional ao CMI. Isso se deu na 3ª Assembleia (Nova Dhely, Índia, 1961), cujo tema foi “Jesus Cristo – a luz do mundo”. No relatório se afirma que “nas igrejas temos pouca compreensão sobre a sabedoria, amor e poder que Deus tem dado às pessoas de outras religiões e de nenhuma fé, ou das mudanças ocasionadas nas outras religiões devido a longo encontro com o cristianismo” (Cf. Mattos, 2002, p. 15).

(vi) O aprofundamento do tema do diálogo inter-religioso na Primeira Conferência Missionária, organizada pelo CMI (pós-adesão do Conselho Missionário Internacional ao organismo), na cidade do México (1963). Nesse evento, já não se compreendia mais a missão que sai do Ocidente para alcançar o Oriente ou da Europa e da América do Norte para as outras regiões do mundo, entendidas como pagãs, mas falava-se em missão nos seis continentes, afirmando-se que o Ocidente também precisava ser evangelizado.

(vii) A significativa declaração da assembleia da organização ecumênica regional asiática, a Conferência Cristã da Ásia (então Conferência Cristã da Ásia Oriental) em Bangcoc, Tailândia (1964), intitulada “Encontro dos Cristãos com Pessoas de Outras Religiões”, que levou o debate para além das controvérsias de Tambaram. Nela, se ressaltou:

os cristãos da Ásia têm que viver mais dentro das culturas dos seus próprios povos. Isto pode envolver o abandono de muita coisa com a qual se está familiarizado – um tipo de autoesvaziamento que será doloroso e perigoso. [...] só desta forma é que o Espírito mostrará como a fé pode ser reafirmada na linguagem das culturas indígenas, em formas de vida de comunidade onde a fé fica luminosa e em ações pertinentes a necessidades da sociedade contemporânea. (Mattos, 2002, p. 14).

(viii) A realização de uma Conferência em Kandy, Sri Lanka (1967), com o tema “Cristãos em diálogo com homens de outras fés”. Na declaração final, o diálogo é compreendido como um autêntico estilo de vida no contexto pluralista, que transcendeu a “simples coexistência”. O sentido de diálogo significava esforços positivos para se alcançarem compreensões mais profundas da verdade por meio da consciência mútua da convicção e do testemunho de um e do outro. Nessa conferência, houve a adesão da Igreja Católica Romana às discussões. Até então, ela não tomava parte de maneira efetiva por, pelo menos, dois motivos: o bloqueio à participação no movimento ecumênico e a ênfase eclesiológica institucional (relativa à questão da salvação) no tratamento da dimensão inter-religiosa, diferente da ênfase protestante, que nasce dos questionamentos a partir da prática da missão. Nesse momento, o Concílio Vaticano II (1962-1965) havia estabelecido as bases para uma nova compreensão do relacionamento com cristãos não católicos e também com não cristãos. As declarações sobre liberdade religiosa e sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs (*Nostra Aestate*) abriram caminho para o diálogo inter-religioso envolvendo a Igreja Católica Romana, bem como para os esforços de cooperação entre as religiões. O material preparatório para o encontro de Kandy incluía *Nostra Aestate* e partes da *Lumen Gentium* (Constituição Dogmática sobre a Igreja aprovada no Vaticano II).

(ix) O encaminhamento, na 4ª Assembleia do CMI, em Uppsala, Suécia (1968) – cujo tema foi “Eis que faço novas todas as coisas” –, de que o teólogo indiano Stanley Jones Samartha liderasse mais intensamente o processo de estudos “A palavra de Deus e as fés vivas dos homens”, que posteriormente ficou sob coordenação da Comissão de Missão e Evangelismo do organismo, fruto da integração do Conselho Missionário Internacional ao CMI. Um dos elementos decisivos nesse momento foi a convocação do primeiro diálogo multiconfessional promovido pelo CMI. A reunião de cristãos com hindus, budistas e muçulmanos aconteceu em 1970, no Líbano, com objetivo não apenas de consultar acerca da prática do diálogo inter-religioso, mas de empenhar-se nele. O desdobramento desse esforço foi a criação de uma subunidade do CMI sobre diálogo com pessoas de outras religiões, fés vivas e ideologias, com Samartha como diretor. Tal processo resultou da ação e da promoção de encontros bilaterais envolvendo diferentes religiões para aclarar o sentido e o significado do diálogo entre as religiões. “Os benefícios de afastar preconceitos e inimizades históricas bem como as novas possibilidades de trabalhar juntos para o bem comum foram reconhecidos e afirmados” (Ariarajah, 2005, p. 406).

(x) O reconhecimento, na Conferência Missionária de Bangcoc, Tailândia (1972/3), de que a igreja também precisa de salvação para que possa se tornar uma comunidade salvífica e de que para isso precisa salvar-se “de seu cativo nos interesses de classes, raças e nações dominantes” (Ariarajah, 2011, p. 406). Nessa oportunidade,

também foram condenados o racismo como traição ao Evangelho e a alienação missionária, o que tem conexão direta com o tema do relacionamento com as outras religiões.

(xi) A presença, pela primeira vez na história das assembleias do CMI, de pessoas de outras fés. Isso ocorreu na 5ª Assembleia do CMI, em Nairóbi, Kenia (1975), cujo tema foi “Jesus Cristo liberta e une”. Os cinco representantes, embora em pequeno número, participaram nas discussões da sessão sobre “A busca da comunidade”, trazendo à tona os desacordos das igrejas quanto ao tema e deixando nítida a urgente necessidade de explicitar ainda mais a natureza, o propósito, os limites e as possibilidades do diálogo inter-religioso, sem descartar discussões como sincretismo, cultura e missão.

(xii) A realização da consulta teológica sobre diálogo Inter-religioso, sob o tema “Diálogo em comunidade”, em Chiang Mai, Tailândia (1977), articulada a partir dos desacordos que permaneciam e se rearticulavam em relação à questão, em especial aqueles quanto ao sincretismo, entendido por esses grupos como perigo (tema recorrente desde Jerusalém, 1928), ao comprometimento da revelação em Cristo e à ameaça à missão, elemento fundamental do ser igreja. Esse novo encontro buscava elucidar a base cristã para o diálogo inter-religioso e dar orientações aos cristãos em situações pluralistas. A conferência afirmou que o diálogo não é uma “traição da missão ou ‘arma secreta’ de proselitismo, mas uma forma ‘na qual Jesus Cristo pode ser confessado no mundo de hoje’” (ARIARAJAH, 2005, p. 406). Desse evento foram formulados os “Princípios para o diálogo com pessoas de fés vivas e ideologias”, adotados pelo CMI em 1979.

(xiii) A declaração, na Conferência Missionária de Melbourne, Austrália (1980), de que o diálogo com as culturas é importante na tarefa missionária e é nele que a Igreja tem que estar pronta a prestar testemunho de Cristo.

(xiv) A realização da 6ª Assembleia do CMI em Vancouver, Canadá (1983), cujo tema foi “Jesus Cristo – a vida do mundo”, com 15 convidados de religiões não cristãs (quatro deles fizeram apresentações em plenárias). A influência do viés pluralista em desenvolvimento na Teologia das Religiões⁷ trouxe uma discussão acalorada para o questionamento se outras tradições religiosas são veículos da atividade redentora de Deus. Surgiu daí um projeto de estudo de quatro anos intitulado “A fé de meu próximo e a minha: descobertas teológicas através do diálogo inter-religioso”, que resultou em um material didático lançado em 18 idiomas sob o mesmo título.

(xv) A participação de consultores de tradições de fé não cristãs pela primeira vez na história de conferências missionárias, em San Antonio, EUA (1989), em que a relação do Cristianismo com outras fés e o desafio do diálogo para a compreensão cristã da missão e da evangelização foram as principais questões debatidas. O realce dado na

⁷ Os anos de 1980 foram frutíferos para teologias ecumênicas que trataram dos desafios provenientes da diversidade religiosa e as conseqüentes visões pluralistas. Para uma visão de conjunto, sobretudo dos mais destacados autores e autoras de diferentes décadas e continentes, veja a obra *A teologia das religiões em foco: um guia para visionários* (2012), de Claudio Ribeiro e Daniel Souza.

conferência – realizada às vésperas dos 500 anos da conquista da América – à maneira violenta como a missão cristã destruiu as culturas nativas colocou novamente na pauta a questão das culturas e a relação com o evangelho e a evangelização, destacando a necessidade de unidade do corpo de Cristo no envolvimento com a missão. Afirmou-se ali que o diálogo com as culturas é de fundamental importância para a tarefa missionária e é nele que a Igreja tem que estar pronta a prestar testemunho de Cristo.

(xvi) A participação importante de representantes de religiões não cristãs e de aborígenes australianos e das ilhas do Pacífico na 7ª Assembleia do CMI, em Canberra, Austrália (1991), cujo tema foi “Vem, Espírito Santo, e renova toda a criação”. Sua significação já havia sido precedida pela realização de uma consulta sobre Teologia das Religiões em Baar, Suíça (1990). A presença em Canberra e as reflexões decorrentes trouxeram controvérsias e também renovação do interesse pelo tema evangelho-culturas e pela compreensão teológica de outras tradições religiosas. Um desdobramento foi o estabelecimento de um estudo de quatro anos sobre evangelho e cultura em relatório apresentado na Conferência Mundial de Missão em Salvador, Brasil (1996).

(xvii) A Conferência Missionária de Salvador, Brasil (1996), recebeu o relatório do estudo Evangelho e culturas e destacou a importância e a necessidade do diálogo intercultural e inter-religioso como meio em direção à unidade da criação sonhada por Deus com o reconhecimento crítico de que muitas das novas expressões de missão levam a formas não éticas de coerção e proselitismo que ignoram a integridade de igrejas locais e desrespeitam culturas. Esse foi o primeiro grande evento do CMI realizado em terras sul-americanas.⁸

(xviii) A ampliação na participação de pessoas de religiões não cristãs ocorrida na 8ª Assembleia do CMI em Harare, Zimbábue (1998), cujo tema foi “Voltar-se para Deus – Alegregar-se na esperança”. Nela, se organizou o programa *Padare* (lugar de encontro) para que, durante o evento, grupos de diferentes religiões pudessem dialogar e intercambiar experiências. Essa iniciativa redundou em ações práticas no período subsequente, com a organização de estudos e atividades nos campos da saúde, da educação, das relações internacionais e da juventude.

(xix) A publicação do documento “Considerações ecumênicas para o diálogo e as relações de pessoas de outras fés”, pelo CMI, em 2003, que foi uma atualização do documento “Diretrizes e princípios para o diálogo com outras religiões e ideologias de nosso tempo”, de 1979, à luz das três décadas de experiência de diálogo e relações inter-religiosas. O documento situa e enfatiza o lugar crucial do diálogo e das relações inter-religiosas no movimento ecumênico e no testemunho e compromisso cristãos.

⁸ A propósito do tema da Conferência Missionária de Salvador, Paulo Ayres Mattos faz uma densa análise de como se desenvolveu historicamente no contexto do movimento ecumênico internacional a relação Evangelho e culturas, com as respectivas implicações para o diálogo inter-religioso. Em um de seus textos, apresenta a evolução desse debate, com os avanços e limitações em torno do tema e das experiências inter-religiosas e interculturais. O autor enfatiza a contribuição do missiologista Wesley Ariarajah, um dos proeminentes pensadores sobre o tema (Mattos, 2002).

(xx) O reconhecimento do desafio e da tensão ainda permanentes em torno da pluralidade religiosa na 13ª Conferência Missionária realizada em Atenas, Grécia (2005). Ela foi realizada em um momento da história no qual o tema da globalização e suas vertentes trouxe consigo a reflexão sobre a intolerância e a realização de “guerras justas” e ambigualmente afirma: “não podemos indicar nenhum outro caminho de salvação a não ser em Jesus Cristo”; ao mesmo tempo, “não podemos estabelecer limites ao poder salvador de Deus”.

(xxi) A indicação das conversações sobre diálogo inter-religioso na 9ª Assembleia do CMI, em Porto Alegre, Brasil (2006), cujo tema foi “Deus, em sua graça, transforme o mundo”, de se darem passos mais densos em relação às relações inter-religiosas com a perspectiva do diálogo como elemento que leva à cooperação entre as religiões. O relatório das conversações ecumênicas a respeito do tema indicou a pluralidade religiosa como um desafio sem precedentes para cristãos em muitas partes do mundo.

Ela é abraçada ou temida. De muitas formas, buscam-se melhores relações com vizinhos de outras religiões. No entanto, relações entre comunidades religiosas ainda são marcadas, em muitos lugares, por suspeita e hostilidade. [...] Como cristãos, oscilamos entre uma abertura ao encontro com Deus por meio de outros e nossa afirmação de que “não há salvação em nenhum outro, porque não há outro nome sob o céu dado entre os mortais pelo qual devemos ser salvos” (Atos 4.12)⁹.

A Assembleia também publicou a “Nota sobre o respeito mútuo, a responsabilidade e o diálogo com povos de outras religiões”. Essas indicações levaram à reformulação do Gabinete de Diálogo e Relações Inter-religiosas, ligado à Secretaria-Geral do CMI, e foi estabelecido o Programa Diálogo e Cooperação Inter-religiosos, que passou a atuar por meio de três projetos: Confiança e respeito inter-religiosos; Autocompreensão cristã; e Igrejas em situação de conflito.

(xxii) Os esforços conjuntos do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso (da Igreja Católica Romana) e do CMI em frentes significativas, como a educação para a paz e o enfrentamento da pandemia da covid-19. A primeira foi efetivada com o documento “*Education for Peace in a Multi-Religious World: a Christian Perspective*”¹⁰ [Educação para a paz em um mundo multirreligioso: uma perspectiva cristã], de 2019, cujo objetivo é incentivar igrejas e organizações cristãs a refletirem sobre as raízes estruturais do que tem levado à ruptura da paz no mundo e sobre suas próprias práticas e prioridades atuais em relação à educação e à construção da paz. A segunda fonte foi o documento conjunto, de 2020, “*Serving a Wounded World in Inter-religious Solidarity: a Christian call to reflection and action during COVID-19 and beyond*”¹¹ [Servindo a um mundo ferido em solidariedade inter-religiosa: um chamado cristão à reflexão e ação durante e além da COVID-19]. O documento

⁹ Veja em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=49

¹⁰ https://www.oikoumene.org/sites/default/files/File/EducationforPeace_booklet_nocropsFINAL-web.pdf

¹¹ <https://www.oikoumene.org/sites/default/files/Document/ServingWoundedWorld.pdf>

oferece uma base cristã para a solidariedade inter-religiosa que inspira e confirma o impulso de servir a um mundo sofrido, não apenas pela covid-19, mas também por muitas outras feridas que marcam a vida social.

(xxiii) A manutenção de reflexões e painéis com representações de religiões não cristãs na 10ª Assembleia do CMI, em Busan, República da Coreia (2013), cujo tema foi “Deus da vida, conduza-nos à justiça e à paz”, e na 11ª Assembleia, em Karlsruhe, Alemanha (2022), com o tema “O amor de Cristo move o mundo para a reconciliação e unidade”, pautando a importância da cooperação e do diálogo inter-religiosos, especialmente no tocante à superação de conflitos regionais e mundiais e à preocupação com as questões climáticas que afetam a sustentabilidade e a integridade da vida.

3. Atividades, iniciativas e projetos ecumênicos que favoreceram o diálogo e a cooperação entre as religiões

Os aspectos destacados até agora mostram como o movimento ecumênico, como um espaço de encontro de cristãos e cristãs que buscam viver em unidade visível, tem desempenhado importante papel nos esforços de superação de conflitos e de promoção da paz entre e a partir das religiões. O CMI tem promovido e protagonizado boa parte dessas iniciativas, mas não tem o monopólio delas. Motivadas pela memória acima destacada, lideranças de igrejas em centenas de países integram comissões, comitês e centros que desenvolvem aproximação com pessoas de outras expressões de fé. Há também segmentos criados por centenas de igrejas nacionais em diferentes países para cuidar do tema, como comitês para relações inter-religiosas, comissões de ecumenismo/unidade cristã e questões inter-religiosas, serviços de relações ecumênicas e de diálogo inter-religioso e outros.

Tomando-se como referência os aspectos históricos e as bases teológicas apresentados, diversas experiências concretas que envolvem diferentes religiões na busca pela paz poderiam ser compartilhadas. No campo de atuação inter-religiosa mais diretamente ligada ao CMI e inspirada pelas heranças do movimento Vida e Ação e do movimento missionário e da trajetória de reflexão teológica em torno das relações inter-religiosas e da inculturação do evangelho, são várias as iniciativas no movimento ecumênico que contribuem para a superação de conflitos e a promoção da paz e da justiça no mundo. Entre tantas, destacamos algumas a seguir.

(i) *Década Ecumênica das Igrejas em Solidariedade com as Mulheres (1988-1998)*. Essa iniciativa e apelo foram consolidados para abordar as situações vividas por mulheres nos diferentes continentes, especialmente a violência sexual e de gênero e as possibilidades de empoderamento delas nas comunidades religiosas e na sociedade.

Por ocasião do 20º aniversário do encerramento da “Década”, foi realizada pelo CMI uma consulta em Kingston, Jamaica (2018), que ofereceu elementos para que, em seguida, o organismo internacional recomendasse às igrejas-membros e às parcerias inter-religiosas a promoção de auditorias dos orçamentos institucionais sob uma perspectiva de justiça de gênero em todos os níveis de operação e a elaboração de

pesquisas sobre justiça de gênero para influenciar o desenvolvimento de currículos religiosos, ecumênicos, inter-religiosos e interculturais.

(ii) *Iniciativas de reconciliação e da paz.* Um dos destaques foi a Década Ecumênica de Superação da Violência, proposta pelo CMI para o período 2001-2010, que visou fortalecer os esforços e as redes já existentes de prevenção e superação da violência, assim como inspirar a criação de outras. “Paz” e “reconciliação” são palavras-chave nessa ação que busca sensibilizar as igrejas para que percebam a violência nas suas multiformas (interpessoal, econômica, ambiental, militar) tanto na sociedade quanto nas famílias e até mesmo no interior delas mesmas.

Estudos teológicos cristãos e inter-religiosos dentro da temática foram promovidos, e ações concretas ocorreram no período. Podemos citar o Programa Ecumênico de Acompanhamento à Palestina e a Israel, a Rede Paz na Cidade, a criação do Dia Internacional de Oração pela Paz (21 de setembro, mesma data do Dia Internacional da Paz, da ONU) e o Programa Cartas Vivas (pequenos grupos de homens e mulheres ecumênicos que visitaram um país marcado por conflitos e violência para escutar, aprender e compartilhar problemas e pensar soluções visando superar a violência e construir a paz, bem como para orar juntos pela paz na comunidade e no mundo).

A década foi encerrada em 2011, com a Convocatória Ecumênica Internacional pela Paz, realizada em maio daquele ano, em Kingston, Jamaica. O encontro celebrou as realizações da Década e ao mesmo tempo estimulou pessoas e igrejas a renovarem seu compromisso em favor da não violência, da paz e da justiça. Há o registro da necessidade de ampliar o trabalho teológico e educativo nesse campo com objetivo de renunciar a qualquer justificação teológica da violência. Essa postura reafirma o que consta no relatório final dessa experiência: “A Década foi um começo”.¹² um dos desdobramentos importantes da convocatória foi a proposta aprovada na Assembleia de Busan (2013), da iniciativa Peregrinação de Justiça e Paz, que se tornou elemento transversal em todas as atividades do CMI desde então, reafirmada na Assembleia de Karlsruhe (2022).

(iii) *Paz, só com justiça e inclusão.* Desde a mobilização por direitos civis nos Estados Unidos nos anos de 1960, que denunciou ao mundo o pecado do racismo, marcando o lugar dos cristãos nessa luta por meio da ação de pessoas e grupos (como o do pastor batista Martin Luther King Jr.), até a luta *antiapartheid* na África do Sul, que teve como símbolos os cristãos Nelson Mandela e Desmond Tutu, o movimento ecumênico tem assumido que pregar a paz é trabalhar por comunidades justas e inclusivas. Daí as diferentes ações enfatizando a superação do racismo em todas as suas formas, buscando fortalecer os esforços de valorização da negritude e dos direitos das populações indígenas nos diferentes continentes.

O movimento ecumênico tem ainda dado visibilidade e apoio à luta por libertação e inclusão dos dalits no sul da Ásia. O Conselho de Igrejas Cristãs da Índia e a Conferência Cristã da Ásia têm representado forte ação nesse sentido e conquistado

¹² http://www.koinonia.org.br/tpdigital/pag_kn.asp?cod_boletim=25

apoio de muitas outras organizações ecumênicas para fortalecer o movimento de libertação Dalit, facilitando até a participação de seus ativistas em eventos internacionais, como o Fórum Social Mundial.

Outra rede ecumênica significativa na ação pela inclusão e por direitos é a Rede Ecumênica de Defesa das Pessoas com Deficiência (EDAN), que desenvolve articulações regionais e globais de pessoas com deficiência e desafia as comunidades religiosas a se tornarem abertas e inclusivas a todos.

(iv) *O Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel (EAPPI)*. A situação dramática do Oriente Médio, em especial nos territórios palestinos na Faixa de Gaza, exige esforços coletivos de parceiros ecumênicos para buscar paz e justiça, tanto nos âmbitos locais quanto nacionais, regionais e internacionais. Os problemas mais graves incluem ocupação armada de territórios, negação de direitos humanos e de aspirações nacionais, falhas nas implementações de regulamentos nos níveis nacional e internacional, várias formas de extremismo, de intolerância e de violência.

O EAPPI, implantado em 2002, é resultado do esforço do CMI de atenção àquela região, em especial à ocupação ilegal do território palestino por Israel. O programa é voltado ao apoio a ações locais e internacionais pelo fim da ocupação israelense e à busca de soluções para o conflito com paz com justiça, com base em leis internacionais e resoluções relevantes da ONU. A missão é enviar grupos para acompanhar israelenses e palestinos e monitorar e relatar violações dos direitos humanos e de leis humanitárias internacionais, apoiar ações de resistência não violenta junto com palestinos cristãos e muçulmanos e com ativistas israelitas; em geral, envida esforços no sentido de se colocar em solidariedade ativa com cristãos e todos os que lutam contra a ocupação. Um documento-base para essas ações foi preparado pelas igrejas da região, denominado Kairos Palestina.

(v) *As atividades do Conselho (ou Conferência, como alguns setores chamam) Mundial de Religiões para a Paz*. Trata-se de uma coligação ecumênica mundial de representantes das comunidades religiosas dedicada a promover formas adequadas de enfrentamento de conflitos, processos de construção da paz e avanço do desenvolvimento sustentável.

A primeira conferência foi realizada em Kyoto, Japão, em 1970. Ela já vinha sendo desenhada desde 1961, por ocasião da 3ª Assembleia do CMI em Nova Dheli, Índia, cujo tema foi tema “Jesus Cristo, vida para o mundo”, que suscitou perguntas pelas questões inter-religiosas, e alguns líderes de tradições religiosas destacadas no mundo foram mobilizados para refletir sobre elas. A finalidade desse processo foi promover o estabelecimento de órgãos nacionais e regionais e estabelecer parcerias numa busca de diálogo entre as religiões e ações pela paz (Ucko, 2005).

Como organização, o Conselho Mundial de Religiões pela Paz realizou dez assembleias até 2023. Ele conta com membros individuais em mais de 100 países e representações nacionais em todos os continentes, e é membro consultor do Conselho Econômico Social da ONU, junto com a UNESCO e o UNICEF. Além de atuar em

processos de reconciliação, superação de conflitos e desarmamento, realiza projetos de educação pela paz.

(vi) *O testemunho cristão num mundo religiosamente plural.* O documento “*Christian Witness on a Multi-Religious World: a landmark document addressing the conduct of Christian witness around the world*”¹³ [Testemunho cristão em um mundo multirreligioso: um documento histórico que aborda a conduta do testemunho cristão em todo o mundo], publicado em junho de 2011 em conjunto pelo CMI, pelo Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, da Igreja Católica Romana, e pela Aliança Evangélica Mundial, foi um recurso importante no processo de sensibilização ecumênica inter-religiosa.

(vii) *Ações por justiça climática.* Diversas iniciativas têm sido feitas pelos movimentos ecumênicos no tocante às questões climáticas. Uma delas foi o esforço inter-religioso de participação na 25ª Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP25), ocorrida em Madri-Espanha, em dezembro de 2019. De acordo com a declaração inter-religiosa do grupo elaborada naquela oportunidade, comunidades de diferentes fés exigem justiça climática e esperam “oferecer uma voz positiva e poderosa de esperança sobre o medo, de compaixão sobre a indiferença e ação urgente e justa como uma obrigação moral”.¹⁴ Iniciativas similares ocorreram na COP26, Glasgow-Escócia, em novembro de 2021, e na COP27, Sharm el-Sheikh-Egito, em novembro de 2022.

4. Documentos recentes e materiais orientadores do CMI sobre cooperação e diálogo inter-religioso

Após a 10ª Assembleia do CMI em Busan, República da Coreia (2013), vários esforços ocorreram para articular a dimensão intrarreligiosa, incluindo as tensões decorrentes da maior ou menor abertura a novos posicionamentos teológicos, e as iniciativas inter-religiosas, sempre desafiadoras e que requerem a busca por renovação teológica e novos posicionamentos ecumênicos.¹⁵ Ao mesmo tempo, tais desafios

¹³ https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/christian_witness_in_mult_i-religious_world_english.pdf

¹⁴ <https://www.oikoumene.org/resources/documents/faith-communities-demand-climate-justice-interfaith-declaration-on-climate-change-for-cop25-madrid-2019>

¹⁵ No campo teológico, internamente e para além dos muros do CMI, há diversas posições que realçam a abertura ecumênica inter-religiosa. Uma delas, bastante expressiva, é a da teóloga oriental Kwok Pui-Lan. Ela indica a noção de polidoxia, que, rompendo com as pretensões totalitárias ocidentais, que por meio do pensamento ontológico moderno pensa esgotar o outro no si, deseja abrir caminho para a alteridade. Para tanto, a polidoxia pretende superar concepções religiosas acerca das identidades religiosas, que a partir de prerrogativas exclusivistas de superioridade inibem o acesso ao reconhecimento de “um outro” que seja diferente do “mesmo”. Ao demonstrar que a alteridade é uma dimensão e realidade constitutiva do ser, compreendido sempre como “inter-ser”, – ou seja, que o eu só é “eu” por conta de sua interação com o outro –, Pui-Lan (2015, p. 75) nos mostra que o diálogo interfé pode contribuir, e muito, para a superação da violência, de todos os tipos, e para uma cultura ecumênica da solidariedade, da justiça e da paz.

deveriam ser assumidos dentro das novas ênfases do CMI da peregrinação de justiça e paz.

O documento “*Called to dialogue – Inter-religious and Intra-Christian Dialogue in Ecumenical Conversation: a practical guide*”¹⁶ [Chamado ao diálogo: Diálogo inter-religioso e intracristão em conversação ecumênica: um guia prático], de 2016, foi metodologicamente elaborado de modo a abranger e ao mesmo tempo superar as fronteiras tradicionais da discussão, especialmente as que advêm das dimensões inter e intrarreligiosa. Para isso, reuniu especialistas e grupos que atuam em questões da Comissão de Fé e Ordem, em geral mais cuidadosos com as questões doutrinárias internas à fé cristã, e os que trabalham na área do diálogo inter-religioso.

Uma das preocupações centrais foi avaliar e apurar o uso de termos variados como “diálogo”, “ecumenismo”, “diálogo inter-religioso”, “diálogo interfé”, “ecumenismo abraâmico” e outros, aprofundando, para isso, as bases bíblicas e teológicas que norteiam o movimento ecumênico.

Nesse mesmo ano, foi publicado o documento “*Who Do We Say That We Are? Christian identity in a multi-religious world – Ecumenical document on inter-faith relations*”¹⁷ [Quem dizemos que somos? Identidade cristã em um mundo multirreligioso – Documento ecumênico sobre relações interfés]. Ele é fruto de uma série de consultas específicas acerca de diferentes religiões realizadas durante o período de 2008 a 2012, que exploraram a autocompreensão cristã no contexto de uma religião ou tradição religiosa em particular. Essas consultas, organizadas pelo Programa de Cooperação e Diálogo Inter-religioso do CMI, focaram respectivamente Islã (2008), Budismo (2009), Judaísmo (2009), Hinduísmo (2011) e religiões indígenas (2012). Os documentos e as discussões delas alimentaram o processo de conversações ecumênicas inter-religiosas em curso.

O documento procura mostrar como a realidade vivida por cristãos e cristãs em um mundo multirreligioso pode – e talvez deva – afetar as próprias compreensão e percepção da fé. A premissa é que, por meio do diálogo com pessoas de outras religiões, eles podem aprofundar a compreensão dos princípios-chave de sua própria fé e descobrir novas dimensões e perspectivas para ela. A identidade cristã e a autocompreensão se realizam não por intermédio de afirmações absolutas, mas por interpelações e perguntas advindas do contexto de relacionamento com pessoas e grupos de outras religiões. Tais processos podem ajudar significativamente a comunidade cristã a descobrir quem realmente ela é, e o mesmo se dá com os demais grupos religiosos envolvidos.

Em dezembro de 2021, sob os fortes influxos da pandemia ocasionada pela covid-19, foi realizada, de forma *online*, pelo Programa de Diálogo e Cooperação Inter-religiosa do CMI, a conferência “*The Future of Interfaith Dialogue*” [O futuro do diálogo interfé]. Nesse evento, os participantes discutiram princípios para a formação comum

¹⁶ <https://www.oikoumene.org/sites/default/files/Document/BrochureInter-religIntraChristianDialogue.pdf>

¹⁷ https://www.oikoumene.org/sites/default/files/2022-01/WhoDoWeSayThatWeAre_Web.pdf

como elemento vital ao futuro do diálogo inter-religioso, com realce ao trabalho de formação inter-religiosa desenvolvido pelo Instituto Ecumênico de Bossey.

Como fruto desse evento, foi publicado no ano seguinte o documento “*Building Inter-religious Solidarity in Our Wounded World: the Way of ‘Common Formation’*”¹⁸ [Construindo solidariedade inter-religiosa em nosso mundo ferido: o caminho da ‘formação comum’]. Ele tem o duplo propósito de compartilhar alguns dos principais *insights* e aprendizados da conferência e ao mesmo tempo estimular maior interesse e discussão sobre a formação comum transformadora entre uma variedade de comunidades de fé e de organizações inter-religiosas.

O material apresenta princípios e indicações de ações práticas, além de um diretório de grupos e organizações que oferecem oportunidades na área da formação ecumênica inter-religiosa. Considera-se uma dupla atitude de engajamento inter-religioso. Uma delas implica o encontro e diálogo entre pessoas e grupos de diferentes fés para conhecimento mútuo, troca de experiências e conseqüentemente maior e mais profundo autoconhecimento das próprias fés. Pode se chamar tal atitude de “face a face”. A outra, que pode se denominar “lado a lado”, implica o trabalho conjunto de pessoas e grupos de diferentes religiões em projetos e iniciativas práticas que visem ao bem-comum e ao aprimoramento da vivência das comunidades religiosas e da vida social em geral, em direção à justiça e à paz, à reconciliação e à unidade e à integridade da criação.

Considerações finais

As análises apresentadas mostraram em síntese perspectivas teológico-pastorais do movimento ecumênico internacional para o diálogo inter-religioso. Em um primeiro passo, foi identificado um marco histórico, com a destacada Conferência Missionária Mundial de Edimburgo (Escócia, 1910), que, embora tratasse de forma pragmática do fortalecimento institucional das missões cristãs protestantes, abriu horizontes para a consideração sobre a relação do Cristianismo com as religiões não cristãs. O segundo passo foi realizar uma síntese do engajamento ecumênico na promoção da paz e de relações justas entre as religiões durante as décadas do século 20, com destaque para eventos, pronunciamentos e posicionamentos teológicos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) no tocante ao diálogo inter-religioso. Na sequência, descreveram-se de modo sumário atividades, iniciativas e projetos ecumênicos que direta ou indiretamente favorecem o diálogo e a cooperação entre as religiões. Por fim, um resumo de documentos recentes e materiais orientadores do CMI acerca das temáticas e experiências interfés foi apresentado.

Os aspectos históricos e teológicos explorados têm ecos na América Latina e no Caribe e, ao mesmo tempo, foram forjados com a contribuição de grupos e experiências latino-americanas e caribenhas. A potencialidade e os limites das iniciativas nesse

¹⁸https://www.oikoumene.org/sites/default/files/2023-01/Building%20Inter-religiousSolidarityinOurWoundedWorld-%20Web_Pages.pdf

continente variam em grau semelhante ao do contexto ecumênico internacional, mas possuem características próprias devido ao desenvolvimento histórico das igrejas cristãs fortemente antiecumênico.¹⁹ Somam-se a essa reação as dificuldades das igrejas, em especial as protestantes, desde a implementação dos projetos missionários no século 19, em lidar com as culturas locais, amalgamadas com as espiritualidades e cosmo percepções indígenas e afro-latinas,

Os elementos da cooperação e diálogo inter-religiosos, existentes de forma pontual e rarefeita no contexto latino-americano e caribenho, não foram reunidos com força nas pautas ecumênicas. Mesmo assim, nas organizações, comissões e conselhos ecumênicos, locais, nacionais e regionais, assim como em iniciativas similares que mantêm direta ou indiretamente relação com o movimento ecumênico internacional articulado pelo CMI, há a preocupação com as demandas inter-religiosas. Tais experiências, vivenciadas sobretudo a partir da última década do século 20, não têm se tornado vigorosas a ponto de possuir visibilidade e força social, mas representam 'centelhas' de um movimento maior que desafia e mobiliza setores das múltiplas comunidades religiosas em todo o mundo.

São variados as iniciativas e projetos de cooperação e diálogos interfés e inter-religiosos no contexto latino-americano e caribenho. Alguns têm articulações locais, outros, nacionais, com intensa variação de dinâmicas, metodologias, representatividades, conteúdos e formas de ação. Também há experiências mais duradouras e institucionalizadas, e outras, mais pontuais e espontâneas. A descrição delas é tarefa importante para a pesquisa sobre o ecumenismo inter-religioso e está presente no desenvolvimento de projetos futuros.

Referências

- AMOS, Clare. **Peace-ing together Jerusalem**. Genebra: WCC Publications, 2014.
- ARIARAJAH, Wesley. Diálogo inter-religioso. In: LOSSKY, Nicholas *et al.* (eds.). **Dicionário do movimento ecumênico**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 403-408.
- ARIARAJAH, Wesley. **Repensando a missão para os nossos dias**: a propósito do centenário da Primeira Conferência Missionária Mundial (1910). São Bernardo do Campo: Editeo, 2011.
- CUNHA, Magali do Nascimento; RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **O rosto ecumênico de Deus**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- DIAS, Zwinglio Motta. O movimento ecumênico: história e significado. **Numen**, Juiz de Fora, v. 1., n. 1, p. 127-163, 1998.

¹⁹ Alonso Gonçalves, na obra *Teologia protestante das religiões: uma proposta teológica em perspectiva latino-americana* (2020), oferece um balanço das situações que levaram o movimento ecumênico a não tematizar devidamente as questões inter-religiosas. Outra análise, que inclui o campo católico-romano e aponta vários elementos históricos, é *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível*, de Faustino Teixeira e Zwinglio Dias (2008). O livro *Caminhos de unidade: itinerário ecumênico na América Latina* (2002), de Dafne Sabanes Plou, também enfatiza os aspectos da potencialidade e das limitações da prática ecumênica.

- GONÇALVES, Alonso. **Teologia protestante das religiões**: uma proposta teológica em perspectiva latino-americana. São Paulo: Recriar, 2020.
- GROSS, Eduardo. Liberalismo teológico. *In*: ASTE (org.). **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: ASTE, 2008, p. 571-573.
- LIENEMANN-PERRIN, Christine. **Missão e diálogo inter-religioso**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.
- LOSSKY, Nicholas *et al.* (eds.). **Dicionário do movimento ecumênico**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MATTOS, Paulo Ayres. A discussão ecumênica sobre evangelho e cultura: suas consequências para o diálogo inter-religioso. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 9-21, jun. 2002.
- MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica**: caminhos e formas da Teologia Cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- PLOU, Dafne Sabanes. **Caminhos de unidade**: itinerário ecumênico na América Latina. São Leopoldo: Sinodal/CLAI, 2002.
- PUI-LAN, Kwok. **Globalização, gênero e construção da paz**: o futuro do diálogo interfé. São Paulo: Paulus, 2015.
- RAJKUMAR, Peniel; DAYAM, Joseph Prabhakar (eds.). **Many yet One?** Multiple religious belonging. Genebra: WCC Publications, 2016.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **O princípio pluralista**. São Paulo: Loyola, 2020.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira; SOUZA, Daniel Santos. **A teologia das religiões em foco**: um guia para visionários. São Paulo: Paulinas, 2012.
- SANTA ANA, Julio de. **Ecumenismo e libertação**: reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SANTA ANA, Julio de. “Diálogos inter-religiosos: dificuldades e promessas”. *In*: SOTER (org.). **Religiões e paz mundial**. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 99-117.
- TEIXEIRA, Faustino do Couto; DIAS, Zwinglio Motta. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**: a arte do possível. Aparecida: Santuário, 2008.
- UCKO, Hans. Conferência Mundial sobre Religião e Paz. *In*: LOSSKY, Nicholas *et al.* (eds.). **Dicionário do movimento ecumênico**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 231.

Páginas eletrônicas (últimos acessos em 29 de agosto de 2023)

http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=49

https://www.oikoumene.org/sites/default/files/File/EducationforPeace_booklet_nocropsFINAL-web.pdf

<https://www.oikoumene.org/sites/default/files/Document/ServingWoundedWorld.pdf>

No mesmo barco? Uma análise das perspectivas teológico-pastorais do movimento ecumênico internacional para o diálogo inter-religioso

https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/christian_witness_in_multi-religious_world_english.pdf

<https://www.oikoumene.org/resources/documents/faith-communities-demand-climate-justice-interfaith-declaration-on-climate-change-for-cop25-madrid-2019>

<https://www.oikoumene.org/sites/default/files/Document/BrochureInter-religIntraChristianDialogue.pdf>

https://www.oikoumene.org/sites/default/files/2022-01/WhoDoWeSayThatWeAre_Web.pdf

https://www.oikoumene.org/sites/default/files/2023-01/Building%20Inter-religiousSolidarityinOurWoundedWorld-%20Web_Pages.pdf

http://www.koinonia.org.br/tpdigital/pag_kn.asp?cod_boletim=25

Submetido em 05/09/2023

Aceito em 19/10/2023